
ANÁLISE DE NORMAS DE CONTROLE DE QUALIDADE INTERNAS E EXTERNAS EM CARTOGRAFIA NAS INFRAESTRUTURAS DE DADOS ESPACIAIS: EXEMPLOS ATUAIS DE ALGUMAS IDES REGIONAIS E NACIONAIS

VANESSA COSTA MARANHÃO (1)
ANDREA FLÁVIA TENÓRIO CARNEIRO (2)

(1) Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Tecnologias e Geociências
Departamento de Engenharia Cartográfica, Recife - PE
Vanessa.maranhao@ufpe.br

(2) Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Tecnologias e Geociências
Departamento de Engenharia Cartográfica, Recife - PE
aftc@ufpe.br

As novas tecnologias de aquisição de dados garantem cada vez mais completeza e precisão nas informações geográficas. Contudo, toda produção cartográfica é passível de erros e incertezas que devem ser observadas conforme escala e aplicabilidade do mapa. Diante do novo leque de opções tecnológicas há uma necessidade de implementações de técnicas e normativas que indiquem até que ponto determinada ferramenta espacial possa ser potencialmente aplicada. A falta de protocolos únicos para geração da informação faz com que inúmeros modelos de informações sejam criados, dificultando e por vezes inviabilizando sua integração. Atualmente, as Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) surgem como base relevante da coleção de tecnologias, políticas e mecanismos institucionais que facilitam a disponibilidade de acesso aos dados espaciais. O principal benefício de uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) é essencialmente prover as condições para a coordenação, integração, troca e partilha de dados geográficos entre diferentes atores de vários níveis da comunidade de dados espaciais. As diversas escolas de IDEs, como GSDI a nível global, Inspire e GeoSUR a nível regional, IDEE, GeoDataGov e INDE a nível Nacional, Geominas e GeoBahia a nível estadual, entre outras servem de espelho de casos de sucesso de IDEs em vários níveis de abrangência. Grande parte do sucesso destas IDEs está vinculado às normas e padrões que os envolve, onde destacam-se as normas de qualidade das informações espaciais, onde busca-se garantir propriedades mínimas sobre os indicadores qualidades internas e externas dos geodados. Os métodos de avaliação da qualidade de dados interna são realizados geralmente por procedimentos estatísticos, enquanto, a avaliação da qualidade externa se baseiam nos conceitos de “ontologia”. O presente trabalho realizou um estudo técnico-científico avaliando os padrões e normatizações utilizadas em algumas IDEs de maiores destaques de nível Regional e Nacional, sendo elas: INSPIRE, NSDI, IDEMEX, ASDI, IDERC e INDE, sendo a última a IDE brasileira. O estudo observou nestas IDEs, uma tendência ao uso dos indicadores avaliadores de qualidade propostos por normas internacionais específicas para informações geográficas que tratam dos princípios e processos de avaliação da qualidade, destacando-se a família de normas da série ISO19100. A série ISO 19100 trata dos métodos, ferramentas e serviços para a gestão de dados, aquisição, processamento, análises, acesso, representação e transferência de informações cartográficas em formato digital entre diferentes usuários, sistemas e localizações (ARIZA e PASCUAL, 2008). Vale ressaltar que embora a INDE, ainda em elaboração quanto à Especificação Técnica para Controle da Qualidade de Produtos de Conjunto de Dados Geoespaciais (ET- CQPCDG), pretende incluir os testes de qualidade considerando os indicadores de previstos na ISO 19113. Na família ISO 19100, através da norma ISO 19113, apresenta como elementos de qualidade internos a serem avaliados: acurácia posicional, temática e temporal, consistência lógica e completude; enquanto para indicadores externos informações sobre: definição, cobertura, linhagem, precisão, legitimidade e acessibilidade. Observou-se ainda uma homogeneidade quanto aos principais componentes da IDEs, onde nos estudados, estruturam-se em seus planos de ações ou nos guias de implementações da IDE (conhecidos como, “Spatial Data Infrastructure Cookbook”), estruturam-se em pessoas, dados, acesso à rede, políticas e normas. A importância deste trabalho concentrou-se em viabilizar meios e normas que mostrem seguimentos de avaliação de qualidade cartográfica previstos em IDEs, visando auxiliar os profissionais das áreas da geociências até que a normativa nacional brasileira esteja completamente estruturada.